



INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: UMA REFLEXÃO SOBRE O MERCOSUL E SEUS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS

Nilton Marques de Oliveira

Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE), Professor do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UFT/PGDR. Endereço: 307 Sul, QI 19 Alameda 11 lote 10, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP: 77015-457 E-mail: niltonmarques@uft.edu.br

Leandro Araújo Crestani

Doutor em História Contemporânea (Évora – Portugal), Professor da Faculdade Sul do Brasil – FASUL, Toledo – PR
E-mail: leandrocrestani@hotmail.com

Mirian Beatriz Schneider Braun

Doutora em História Econômica (León/Espanha), Professora Associada da UNIOESTE, Toledo-PR, no curso de Ciências Econômicas e nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e de Economia.
E-mail: mirian-braun@hotmail.com

Resumo: Este artigo objetiva analisar o fluxo comercial e os indicadores sociais e econômicos dos países membros do Mercosul, tendo como aporte teórico a integração econômica dos países do Cone Sul. Os dados foram coletados na *Comisión Económica para a América Latina y El Caribe – CEPAL – Bases de datos Departamento de integración y Comercio Internacional em base a Trade Map e no World Bank*. Foram calculadas taxas geométrica de crescimento e a média do intercâmbio comercial das exportações e importações, em milhões de dólares, do Brasil para o mundo e para os países membros do Mercosul. Os resultados sugerem que o Mercosul aumentou o fluxo comercial entre os países membros e houve

melhoras de alguns indicadores sociais e econômicos, mas de forma desigual.

Palavras-Chave: Mercosul; integração econômica; indicadores; sociedade; economia

DOI nº 10.5935/1981-4747.20180019

Recebimento: 20/12/2017

Aprovação: 30/06/2018



LATIN AMERICAN INTEGRATION: A REFLECTION ON THE MERCOSUL AND ITS SOCIAL AND ECONOMIC INDICATORS

Abstract: This paper aims to analyze the trade flow and the social and economic indicators of the Mercosul member countries, based theoretically on the economic integration of the Southern Cone countries. Data were collected in the *Comisión Económica para a América Latina y El Caribe – CEPAL – Bases de datos Departamento de integración y Comercio Internacional em base a Trade Map e no World Bank*. Geometric growth rates were calculated and the average trade exchange of exports and imports in millions of dollars from Brazil to the world and to the member countries of Mercosul. Results suggest that Mercosul increased the trade flows among the member countries; and there were improvements in some social and economic indicators but in an unequal way.

Keywords: Mercosul; economic integration; indicators; society; economy

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de uma reflexão sobre o Mercosul em relação ao fluxo comercial entre os países membros e seus indicadores sociais e econômicos, sendo necessário, portanto, o entendimento da integração econômica e social dos países pertencentes a esse bloco na América do Sul. O intuito é demonstrar se os países têm aproveitado as vantagens da redução tarifária proporcionada pelo bloco para aumentar as relações comerciais.

Dois questionamentos são levantados neste artigo: O fluxo comercial intrabloco aumentou? Houve melhoras nos indicadores sociais e econômicos?

Na perspectiva dos países fundadores, o Mercosul surgiu com o objetivo de desenvolver uma organização econômica, política e social, tendo como propósito desenvolver na América do Sul um *status* equivalente ao adquirido, paulatinamente, pela União Europeia, qual seja, um espaço econômico plenamente integrado, com total liberdade para o deslocamento de fatores produtivos, razoável coordenação econômica (o que, no caso europeu, assumiu a forma de uma moeda comum para a maioria de seus membros), o que implicaria lograr uma expressão comum no plano externo (defesa, segurança, política externa, negociações multilaterais) (ALMEIDA, 2011).

O surgimento do Mercosul foi a primeira etapa do processo de integração econômica da América Latina, tendo como parceiros Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. O histórico de sua criação foi o Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, na capital

paraguaia, pelos presidentes dos países e seus respectivos ministros de Relações Exteriores (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991).

Para Santos e Prado (2009), o Mercosul foi criado como proposta de integração econômica entre os países do sul da América Latina, sendo composto por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai. Conhecido também como Cone Sul porque, originalmente, sua formação era constituída pelas nações do sul do da América (Argentina, Chile, Uruguai e eventualmente Paraguai), dando ao bloco o formato de um cone, vislumbrando o estabelecimento de uma aliança que possibilitaria a movimentação de mercadorias, capitais, pessoas e força de trabalho de maneira a dinamizar a economia dessa região.

A perspectiva inicial do Mercosul de construir na América do Sul um mercado comum, cuja execução vem caminhando para a fase de união aduaneira, têm os seguintes objetivos: 1) Eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio entre os países membros; 2) Adoção de uma Tarifa Externa Comum - TEC; 3) Coordenação de políticas macroeconômicas; 4) Livre comércio de bens e serviços; 5) Livre circulação de mão de obra; e 6) Livre circulação de capitais.

Utilizou-se de um ferramental metodológico exploratório, à guisa de literatura, entendido como caminho ou procedimento de reflexão e análise necessária para a articulação do corpo conceitual (ou teoria) com a realidade de investigação, sobre a integração econômica na América do Sul, tendo como princípio elencar os conceitos que deram base para seu desenvolvimento.

Isto posto, o artigo é dividido em cinco seções, além dessa introdução. Na segunda seção apresenta o referencial teórico, processo de integração econômica na América Latina. A terceira apresenta a metodologia. Na quarta inicia-se a discussão dos resultados, primeiro analisa o fluxo comercial entre os países membros e a seguir os indicadores sociais e econômicos. As considerações finais sumarizam o artigo.

2. APORTE TEÓRICO: INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA

Diversos trabalhos têm sido feitos para tratar da integração econômica na América Latina, utilizando diferentes referenciais metodológico e analítico. Há de considerar que a formação do Mercosul representou um avanço em relação às demais tentativas integracionistas tentadas anteriormente na América Latina. Como já assinalado, o Mercosul

compreende um processo integracionista entre seus países membros, que tem por objetivo a eliminação gradual de suas barreiras.

Soares (1997) destaca que a intenção da integração comercial vai além de um simples regime de tarifas e aduanas, compreendendo um modelo mais elaborado de integração com livre circulação de mercadorias entre seus membros. Melo (1999) constata avanço na integração do comércio no Mercosul, havendo livre comércio entre seus membros, ressalta, porém, que não existem uma aduana e uma tarifa perfeita. Há muitas negociações ainda a serem feitas em relação às tarifas aduaneiras.

Outro defensor da integração comercial no Cone Sul é Bouzas (2001), que, em sua análise, defende a tese de que no Mercosul houve crescimento dos fluxos de comércio e de investimento, além do processo de desenvolvimento social e econômico entre os estados membros.

Por outro lado, há autores que contestam esta integração, afirmando que ela não está ocorrendo de forma homogênea nos estados membros. Um deles é Izerrougene (2007), que reconhece ter ocorrido uma melhora na renda, no investimento, na diversificação da demanda e do aumento da especialização intraindustrial, mas isto não está ocorrendo de forma homogênea nos países integrantes do Mercosul.

Continuando a análise, Izerrougene (2007) faz críticas severas com relação ao Mercosul, afirmando haver grandes disparidades entre os estágios de desenvolvimento dos estados parte e dos estados associados. Para o autor, não existem oportunidades para promover um desenvolvimento igualitário e justo entre todos os países, e os países pobres têm um ônus permanente e cumulativo frente aos países ricos, o que aumenta sua liderança frente aos demais, podendo levar a crises no processo integracionista.

Indo nessa mesma análise, Furtado (1978) já assinalava a grande desigualdade existente na América Latina e apontava uma concentração geográfica nas atividades econômicas, divergências políticas na região, exploração dos recursos naturais, ineficácia dos estados nacionais na orientação dos processos econômicos e sociais.

No entanto, deve-se avaliar que a integração econômica não deve ocorrer apenas na área comercial, deve-se considerar que o processo de integração pode desencadear desenvolvimento social e econômico para outros setores da sociedade, objeto deste artigo.

Não é objetivo deste artigo discorrer sobre as diversas teorias da integração econômica regional, mas cabe aqui mencionar alguns teóricos que tratam desta temática. Viner (1950), em seu trabalho seminal investigou os efeitos de uma união aduaneira no comércio. Lipsey (1960) avançou na teoria de Viner (1950) e analisou os efeitos benéficos na estrutura produtiva e no consumo dos países envolvidos, dadas as importações que passariam a ocorrer pela diminuição dos preços relativos das mercadorias causada pelas mudanças ocorridas com relação à produção e ao comércio, conseqüentemente, aumentando o bem-estar da sociedade.

Vasconcelos (2000) analisa a criação e o desvio de comércio do fluxo comercial entre Brasil e Mercosul, sob a ótica de Viner (1950), para alguns produtos industrializados. Utilizando o equilíbrio parcial, ele chega à conclusão de que há evidências de desvio de comércio nas seções de produtos das indústrias químicas e conexas e nas máquinas e aparelhos e materiais elétricos. Entretanto, para o conjunto de seções da nomenclatura brasileira de mercadorias, referente a produtos industrializados considerados na análise, houve criação líquida de comércio.

Myrdal (1962), Balassa (1964), Bastos (2008) e Leme (2006) completam a lista dos autores que discutem o processo de integração econômica. Em trabalhos recentes, Bechlin (2010) e Cardoso (2011) analisam o processo integracionista no Mercosul.

Bechlin (2010) analisou o processo de integração econômica no Mercosul sob uma perspectiva multidimensional entre 1998 e 2008, levando em consideração, além do fluxo comercial, outras variáveis políticas, sociais e tecnológicas nos estágios de integração do Mercosul. Adotando um Modelo da Dimensão Global da Integração Regional, calculado para os Estados Parte e Associados, ele obteve o Índice de Desenvolvimento Global Regional de 0,57 para 1998 e de 0,62 para 2008, concluindo que o bloco está em processo integracionista em desenvolvimento.

Analisando os índices para cada um dos Estados Parte e Associados, constatou-se desenvolvimento desigual entre 1998 e 2008, apresentando o Brasil um crescimento mais que proporcional em relação aos demais países em todas as áreas analisadas. Conclui, também, que, embora a integração do bloco tenha apresentado avanços, os efeitos obtidos não foram distribuídos de forma igualitária entre os países, dada a sua especificidade regional.

Cardoso (2011), analisando o fluxo de comércio intrarregional no Mercosul, no período de 1994 a 2009, utilizando um modelo gravitacional estendido, chegou à conclusão de

que o Mercosul obteve os maiores aumentos de comércio entre todos os esquemas de integração regionais relevantes para os países membros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar o fluxo comercial intrarregional do Mercosul (importação e exportação) para os anos de 1995, 2002 e 2011 (em milhões U\$ correntes), utilizou-se de dados obtidos na *Comisión Económica para a América Latina y El Caribe – CEPAL – Bases de datos Departamento de integración y Comercio Internacional em base a Trade Map*.

Já para análise dos indicadores sociais e econômicos dos países membros do Mercosul, os dados foram coletados junto ao *World Bank World Bank Group* e nas Organizações das Nações Unidas (UNdata), para os anos de 2000 e 2012. Os indicadores foram: população total e urbana; taxa de urbanização e de alfabetização; esperança de vida; gasto com educação (%PIB); taxa de mortalidade infantil; IDH; PIB (US\$ em bilhões); PIB per capita (US\$ em bilhões); dívida externa (US\$ em bilhões); exportação (bens e serviços %PIB); Importação (bens e serviços %PIB).

Foram calculadas duas taxas no decorrer da análise, a taxa de crescimento acumulado e a taxa de crescimento médio anual. Para tanto, utilizou-se as seguintes fórmulas, respectivamente:

$$Tx\ cresc = \frac{(tf-to)}{to} \quad (1)$$

$$Tx\ med\ cresc = \sqrt[n]{\frac{(tf-to)}{to} + 1} - 1 \quad (2)$$

Onde:

tf = valor do indicador correspondente ao último ano de análise;

to = valor do indicador correspondente ao primeiro ano de análise;

n = número de períodos.

4. FLUXO COMERCIAL E OS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DO MERCOSUL

Analisando o potencial de consumo dos países membros, o Mercosul, em 2012, representou um mercado de 249,5 milhões de pessoas, em um território de 12 milhões de km², um PIB de 2,8 trilhões de dólares e um volume de comércio exterior de mais de 650 bilhões de dólares, além do mais, a América do Sul é dotada de grande potencial de energia e de recursos naturais (WORLD BANK, 2013).

No contexto de integração global, Vizontini (2007) diz que a concentração de países em blocos econômicos, no caso do Mercosul, possibilita a consolidação das relações comerciais de seus países membros, assim como é estrategicamente funcional no contexto internacional. Ele defende a ideia de que a integração não se dá apenas no campo econômico, mas também no social, político e cultural dos povos envolvidos.

Dessa forma, o comércio global consiste na integração dos mercados nacionais por meio da diminuição das barreiras comerciais e, conseqüentemente, do aumento do comércio internacional (WOSS, 2011).

Esse avanço de integração econômica no Mercosul teve início a partir dos anos 90. Pesquisadores como Bonelli e Fonseca (1998), Moreira (1999), Pinheiro e Moreira (2000) e Braun (2003) têm demonstrado correlação entre a abertura brasileira para o mercado externo nos anos 90 e o aumento da produtividade no setor manufatureiro brasileiro, bem como discutido a política comercial brasileira.

Harrison et al. (2003) analisaram os efeitos das políticas comerciais regionais do Mercosul para o crescimento econômico e a redução da pobreza no Brasil, chegando à conclusão de que os domicílios mais pobres ganham de três a quatro vezes mais que a média dos ganhos para o Brasil, devido a um aumento na demanda por produtos dos setores mais intensivos em trabalho não qualificado e à elevação dos salários a partir da liberalização comercial iniciada nos anos 90.

Para Cardoso (2011), esse cenário passa a ser modificado a partir dos últimos anos da década de 1990, quando as crises econômicas provocaram os conflitos comerciais, principalmente entre Brasil e Argentina, que concentram a maior parte dos fluxos comerciais do Mercosul.

A intensidade dos fluxos comerciais entre os países membros do Mercosul entre 1992 e 1997 é o indicador mais pertinente no tocante ao sucesso da iniciativa. Consequentemente, esse processo contribuiu muito para modificar o grau de interdependência entre os países membros, não só devido ao aumento dos fluxos de comércio e investimento, mas também devido a aspectos históricos e à proximidade geográfica (VEIGA, 2005).

A Tabela 1 apresenta o comércio entre os países membros que formam o bloco e a evolução das relações econômicas intrarregionais no Mercosul. Os anos, em análise, se atêm a 1995, 2002 e 2011, e a justificativa da escolha se deve a um período em ascensão (1995), a um período de crise (2002) e, por fim, ao período de 2011, com a expansão do crescimento do comércio.

Nota-se que os fluxos comerciais entre os países membros encolheram de forma significativa entre 1995 e 2002, devido à sequência de crises que afetaram os dois países, inclusive com mudanças de regime cambial no início de 1999 no Brasil e, em fins de 2001, na Argentina. Tanto as exportações quanto as importações tiveram queda entre os países membros. As exportações brasileiras para a Argentina, Paraguai e Uruguai caíram 42%, 58% e 57%, e as importações, 11%, 13% e 38%, respectivamente. A queda na transação comercial intrabloco foi de 43% nas exportações, passando de US\$ 4,3 bilhões em 1995 para 2,4 bilhões em 2002, ao passo que as importações intrabloco diminuíram cerca de 15%, passando de US\$ 6,7 bilhões para US\$ 5,7 bilhões.

Passado o período de ajustamento, o comércio bilateral entre Brasil e Argentina voltou a crescer nos anos subsequentes. As exportações brasileiras cresceram cerca de 667% entre 2002 e 2011, enquanto as importações provenientes da Argentina apresentaram uma variação menor, de 246%. Em 2011, as exportações brasileiras alcançaram US\$17,9 bilhões e as importações, US\$16,4 bilhões. A taxa de crescimento das exportações, bem superior à variação das importações, resultou num superávit comercial crescente e favorável para o Brasil em torno de US\$1,5 bilhão. A Argentina figura entre os principais destinos das exportações brasileiras. Em relação às importações, a Argentina foi o 3º fornecedor do Brasil (MDIC, 2013).

Quanto ao comércio bilateral entre Brasil e Paraguai, ele apresentou considerável crescimento entre 1995 e 2011. Em 1995, o Brasil exportava para o Paraguai US\$1,3 bilhão, com o período da crise no continente sul em 2002, as exportações foram de apenas US\$558

milhões, representando uma queda de 57%. Nos anos subsequentes, há crescimento tanto das exportações quanto das importações. Em 2011, as exportações do Brasil para o Paraguai chegaram a US\$2,96 bilhões, representando um aumento de 431%. Quanto às suas exportações para o Brasil, elas se mantiveram estáveis, passando de US\$410,8 milhões em 1995 para US\$715 milhões em 2011, um crescimento de 74%. Algo relevante é o fato de os principais destinos das exportações do Paraguai serem Argentina e Uruguai, enquanto suas compras advêm principalmente do Brasil e da Argentina, evidenciando assim o comércio intrarregional (Tabela 1).

No tocante ao comércio bilateral entre Brasil e Uruguai, em 1995 o Uruguai comprou do Brasil US\$662 milhões, já em 2011 as compras chegaram a US\$1,9 bilhão, um crescimento de mais de 201%. Quanto às exportações, o Uruguai vendeu para o Brasil US\$700 milhões em 1995, já em 2011, as vendas passaram de US\$1,6 bilhão, um aumento no fluxo do comércio de 135%.

O fluxo de comércio entre Argentina e Paraguai seguiu o mesmo padrão, embora em menor valor. Em 1995, a Argentina exportava para o Paraguai cerca de US\$631 milhões, em 2011, passou para US\$1,3 bilhão, tendo a exportação crescido 2,1 vezes. Já o Paraguai apresentou um crescimento surpreendente nas suas exportações para a Argentina, de cerca de 11,7 vezes, e suas exportações, que, em 1995 eram de US\$ 83,3 milhões, passaram para US\$972 milhões em 2011.

Tabela 1 – Fluxo comercial intrarregional no Mercosul- 1995, 2002 e 2011 (em milhões US\$ correntes)

País Importador		País Exportador				Total
		Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	
Argentina	1.995	x	4.041,1	83,3	267,1	4.391,5
	2.002	x	2.346,5	34,7	113,3	2.494,5
	2.011	x	22.709,3	972,6	587,0	24.268,9
Brasil	1.995	5.484,1	x	410,8	700,1	6.595,0
	2.002	4.743,8	x	353,0	431,8	5.528,6
	2.011	17.334,8	x	715,8	1.645,0	19.695,6
Paraguai	1.995	631,4	1.300,7	x	24,9	1.957,0
	2.002	344,7	559,6	x	61,7	966,0
	2.011	1.367,0	2.968,5	x	191,0	4.526,5
Uruguai	1.995	662,9	811,0	34,0	x	1.507,9
	2.002	530,5	412,5	165,1	x	1.108,1

Total	2.011	1.995,3	2.174,5	1.061,6	x	5.231,4
	1.995	6.778,4	6.152,8	528,1	992,1	14.451,4
	2.002	5.619,0	3.318,7	552,8	736,1	10.226,5
	2.011	20.697,1	27.852,3	2.750,0	2.423,0	53.722,4

Fonte: Comisión Económica para a América Latina y El Caribe – CEPAL – Bases de datos (2013); Departamento de integración y Comercio Internacional em base a Trade Map. (2013).

Quanto ao comércio bilateral entre Argentina e Uruguai no período de declínio 1995-2002, a queda das exportações da Argentina para o Uruguai foi de 19%. No período de crescimento, 2002 a 2011, as exportações aumentaram cerca de 276%, passando de US\$530 milhões para US\$1,9 bilhão. Quanto às vendas do Uruguai para a Argentina, elas mantiveram um comportamento semelhante aos dos demais países do Bloco. Em 1995, as exportações para Argentina eram de cerca de US\$267 milhões, passando para US\$587 milhões em 2011, com um crescimento de 119%.

Por fim, o fluxo de comércio entre Paraguai e Uruguai foi diferenciado quanto ao padrão seguido pelo comércio entre os demais membros nos anos de análise. No período de declínio, 1995-2002, o Paraguai aumentou em 385% suas exportações para o Uruguai, e as importações cresceram cerca de 147%.

Quanto ao período de 2002 a 2011, as exportações paraguaias passaram de US\$165 milhões para US\$1,06 bilhões, um aumento de aproximadamente 543%. Já as importações advindas do Uruguai aumentaram cerca de 154% entre 1995 e 2002, passando de US\$ 24,9 para US\$61,7 milhões, respectivamente.

No período de expansão, entre 2002 e 2011, as importações advindas do Uruguai aumentaram cerca de 213%, passando de US\$61,7 milhões em 2002, para mais de US\$191 milhões em 2011 (Tabela 1).

Nesse ponto, é oportuno citar o trabalho de Graf e Azevedo (2013), que estimou o fluxo potencial de comércio bilateral para os países membros do Mercosul por meio do modelo gravitacional, concluindo que houve aproximação considerável entre os valores de comércio potencial total do bloco e o fluxo real de comércio para o ano de 2009.

Os fluxos que apresentaram maior potencial de comércio foram Argentina x Paraguai e Argentina x Uruguai, enquanto o país que apresentou a maior parte dos fluxos bilaterais potenciais de comércio abaixo do efetivo foi o Brasil.

Segundo Cardoso (2011), a constituição do Mercosul surtiu efeitos sobre o padrão de exportações de todos os seus integrantes, pois, de modo geral, todos eles experimentaram aumento significativo das suas exportações intrabloco.

Torna-se necessário explorar, nesta parte, as pautas de exportação dos países membros e analisar as principais *commodities*, pois elas representam mais de 50% das exportações do comércio intrabloco. Seguindo o mesmo período, serão analisados os anos 1995 e 2011, pois captam um efeito inicial e um efeito pós-Mercosul em âmbito comparativo.

As principais *commodities* exportadas pela Argentina em 1995 estão distribuídas nos seguintes setores: agrícola, 34%; recursos naturais, 21%; e manufaturados, 43%. Em 2011, houve alteração na pauta de exportação da Argentina. O setor agrícola reduziu sua participação para 11%, o setor de recursos naturais representou 21%, a mesma situação de 1995, e o setor de manufaturado foi aumentado para 68%, evidenciando maior valor agregado nas pautas de exportações intrarregionais no caso argentino.

Os principais produtos comercializados pela Argentina são: cereais, animais vivos, combustíveis minerais, leite e laticínios, ovos, gorduras, óleos animais e vegetais, plásticos, peles e couros, veículos, automóveis, tratores, reatores nucleares e caldeiras.

O Brasil tem o maior volume de produtos comercializados no bloco, e as principais pautas de exportação em 1995 foram constituídas de veículos, automóveis, tratores, reatores nucleares, caldeiras, máquinas, materiais elétricos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, que responderam por mais de 75%. O setor de manufaturados representou 95% das exportações brasileiras, o setor agrícola e o de recursos naturais representaram 3% e 2%, respectivamente (UNCT, 2013).

Em 2011, não ocorreram grandes alterações na pauta de exportação, exceto no volume exportado: o setor manufatureiro representou cerca de 82% e o setor de recursos naturais passou a ser maior participação, cerca de 18%. Nota-se que o setor agrícola não aparece entre as principais *commodities* exportadas para o Mercosul, o que mostra a relevância do país em exportar produtos industrializados intrabloco.

Diferentemente do Brasil, o Paraguai se sustenta na pauta de exportação de produtos agrícolas: em 1995, este setor representou cerca de 35%, e em 2011 aumentou para 96%, o setor de manufaturas contribuiu com 4% e o setor de recursos naturais não apareceu entre as principais *commodities*. Os principais produtos são: sementes, frutos, óleos animais e vegetais, cereais, madeira, carvão, plásticos, vestuário, carnes e miudezas.

As exportações do Uruguai estão assim distribuídas: em 1995, o setor agrícola representou cerca de 58% das exportações e o setor de manufaturas, 44%, mas o setor de recursos naturais não esteve entre as principais *commodities* exportadas para o bloco. Paraguai e Uruguai se assemelham na pauta de exportação, que compreende carnes e miudezas, sabão, fumo, cereais, plásticos, papel, cartão, móveis, sal, enxofre, leite, ovos, fertilizantes.

Em 2011, a pauta de exportações uruguaias para o Mercosul estava assim distribuída: 63% no setor agrícola, 36% no setor de manufaturados e 1% no setor de recursos naturais.

A Tabela 2 apresenta a taxa geométrica de crescimento e a média do intercâmbio comercial das exportações e importações, em milhões de dólares, do Brasil para o mundo e para os países membros do Mercosul desde o período da formação do bloco em 1991 até 2012.

O Brasil exportou, em média, no período em análise, cerca de US\$100,3 bilhões para o mundo, e suas importações ficaram em torno de US\$84,4 bilhões, e a taxa geométrica de crescimento tanto para as exportações quanto para as importações ficou em 10,5% e 10,7% ao ano, respectivamente.

Analisando as exportações e importações do Brasil entre os países membros, a média ficou em torno de US\$10,9 bilhões para as exportações e US\$8,9 para as importações, dito de outra forma, as exportações e as importações representaram em média 10% do comércio intrabloco. A taxa de crescimento foi de 9% ao ano para as exportações e de 8% para as importações.

Tabela 2 – Taxa geométrica de crescimento e média do intercâmbio comercial das exportações e importações do Brasil para o mundo e para os países membros do Mercosul entre 1991 e 2012 (US\$ milhões FOB)

	Brasil Total		Mercosul		Argentina		Paraguai		Uruguai	
	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp.	Imp.	Exp	Imp	Exp	Imp
Média	100.367	84.426	10.992	8.934	8.712	7.679	1.314	438,77	966	816
TGC (%)	10,58	10,71	9,03	8,16	10,27	8,83	5,73	4,25	5,86	5,31

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (2013). –

TGC: taxa geométrica de crescimento; Exp.: exportação; Imp: importação

A Argentina figura como o principal país dentro do bloco com o qual o Brasil comercializa. Em média, o Brasil exportou para a Argentina US\$8,9 bilhões e importou

US\$7,6 bilhões, isto representa mais de 80% da comercialização intrabloco. As exportações para a Argentina cresceram em média 10% ao ano, enquanto as importações, 8,8% (Tabela 2).

Quando se analisa o fluxo de comércio entre Brasil e Paraguai e Uruguai, tanto as exportações quanto as importações são mais modestas. As exportações para o Paraguai, em média, foram 12%, e para o Uruguai, 8% do total das exportações do Brasil para o bloco entre 1991 e 2012. Em ambos os países, a taxa de crescimento tanto das exportações quanto das importações ficou em torno de 5% ao ano.

Pelo exposto, conclui-se que Brasil e Argentina são as maiores economias do bloco e se destacam pelas exportações de produtos industrializados e semiprocessados, enquanto Paraguai e Uruguai são os maiores exportadores de *commodities*, com baixo valor agregado.

A seguir, serão apresentados e discutidos os principais indicadores sociais e econômicos dos países membros do Mercosul. A discussão é oportuna haja vista que a integração regional não se faz apenas na área econômica, mas também na social.

4.1 Indicadores Sociais e Econômicos do Mercosul

O Mercosul, além de se deparar com desafios como o protecionismo elevado, as disparidades políticas, a falta de mecanismos capazes de concretizar o processo integracionista, tem pela frente a superação de grandes desigualdades sociais e econômicas no Cone Sul.

É importante mencionar que o motivo de tantos impasses vai além do campo econômico. Na concepção de Pinto (2001), as divergências são históricas e estão diretamente relacionadas com a evolução desses países ao longo do século XX. Por um lado, o Brasil conseguiu superar seu passado de escravidão. Tinha grandes desequilíbrios regionais e, no início do século XXI, se consolidou como líder político e econômico na América do Sul, conseguindo superar condições desfavoráveis de um passado atrasado.

Por outro lado, tem-se a cultura elevada dos nossos vizinhos Argentina e Uruguai, mas que não tiveram políticas capazes de transformar o sucesso econômico inicial, que contava com recursos naturais e mão de obra abundante, em uma nação dinâmica e progressista.

A Tabela 3 apresenta os principais indicadores sociais e econômicos no período de 2000 e 2012, ficando evidentes as disparidades sociais e econômicas existentes entre os países. Braun, Cardoso e Bechlin (2012) deixam claro que, apesar dos desafios existentes entre os países, existem, dentro do Mercosul, outros fatores de estagnação como os aspectos desalinhados da institucionalização.

Houve crescimento da população em todos os países membros. Entre 2000 e 2012, a população do Mercosul cresceu cerca de 13%: a maior taxa de crescimento verificada foi no Brasil, de 14%, seguida da Argentina, de 11%. O Uruguai foi o que apresentou a menor expansão de sua população, 2,4%. O Brasil, por ser o maior em extensão territorial, tem uma população de quase 200 milhões de habitantes como um mercado interno em expansão. Em seguida, aparece a Argentina, com uma população de 41,1 milhões. Paraguai e Uruguai totalizam mais de 10 milhões de habitantes em 2012 (Tabela 3).

A população do Brasil e da Argentina corresponde a 95% do Mercosul. Pode-se inferir que grande parte do fluxo comercial fica entre esses dois países, constituindo uma integração bilateral. Ainda com relação à população dos países inseridos no Mercosul, percebe-se um aumento percentual em todos os países da população que vive em áreas urbanas, com destaque para a Argentina e Uruguai, que têm um percentual de 93% de urbanização, seguidos pelo do Brasil, com 85%, e pelo Paraguai, com 62%. No bloco, cerca de 84% da população vive nas cidades

Tabela 3 – Indicadores sociais e econômicos dos países membros do Mercosul– 2000 e 2012

Indicadores sociais, econômicos e demográficos	Argentina		Brasil		Paraguai		Uruguai		Mercosul	
	2000	2012	2000	2012	2000	2012	2000	2012	2000	2012
População (milhões de habitantes)	36,93	41,1	174,4	198,3	5,43	6,68	3,31	3,39	220,39	249,54
População urbana (milhões)	33,25	38,06	141,68	168,6	2,96	4,17	3,03	3,14	180,92	213,97
Taxa de urbanização (%)	90	93	81	85	55	62	91	93	79,25	83,25
Taxa de alfabetização (%)	97	98	86	90	85	94	95	98	90,75	95
Esperança de vida	74	76	70	73,5	70	72,5	75	76,5	72,25	75,62
Gasto Educação (%PIB)	4,6	5,8	4,0	5,8	5,3	4,1	2,4	2,9	4,07	4,65

Taxa de mortalidade infantil (por cada 1000)	20	14	36	16	35	22	17	10	27	15,5
IDH	0,75	0,81	0,66	0,73	0,61	0,66	0,74	0,79	0,69	0,74
PIB (US\$ bilhões)	284,2	474,	644,7	2.252	8,19	25,5	22,8	49,05	959,91	2.801,3
PIB per capita (US\$ mil)	7,7	11,5	3,6	11,34	1,53	3,81	6,87	14,44	4,92	10,28
Dívida externa (em US\$ bilhões)	147,0	114,	242,5	404,3	3,13	6,01	8,49	14,34	401,14	539,35
Exportação (bens e serviços %PIB)	11	19	10	13	46	47	17	26	21	26,25
Importação (bens e serviços %PIB)	10	17	12	14	38	47	20	30	20	27

Fonte: The World Bank (2013); United Nations Development Programme (2013).

Na verdade, esse aumento das taxas de urbanização é um fenômeno verificado em todo o globo terrestre, não sendo exclusivo da América do Sul. Se por um lado, esses números refletem a questão do avanço do capital no campo, pois a tecnologia aplicada na agricultura é poupadora de mão de obra e traz resultados positivos para a produção, por outro lado, ela tem forçado o êxodo rural para os centros urbanos, gerando resultados negativos em relação a aspectos sociais.

Quando se analisa a taxa de alfabetização, Argentina e Uruguai apresentam os melhores resultados, ambos com uma taxa de 98% de sua população alfabetizada em 2012, indicando um alto grau de instrução e cultura nesses países. No Brasil, a taxa era de 86% em 2000, passando para 90% em 2012. Entre os países membros, o Brasil tem a menor taxa de alfabetização, ou seja, 10% da população brasileira ainda é considerada analfabeta.

No item esperança de vida, novamente Argentina e Uruguai têm os melhores indicadores: 76 anos para a Argentina, em 2012, e para o Paraguai, 72,5 anos. O Brasil vem aumentando a expectativa de vida no continente: em 2000 era de 70 e em 2012 passou para 73,5 anos.

Segundo Sen (2000), educação gera bem-estar, saúde, crescimento e desenvolvimento de um país. E é por meio da educação que se conhecem os valores e a cultura de uma nação. Entre os países analisados, o Paraguai foi o único que reduziu o gasto com educação, passando de 5,3% para 4,1% do PIB. Brasil e Argentina têm a mesma proporção de gasto com a educação, cerca de 5,8% do PIB em 2012. O Uruguai gasta cerca de 2,9%, a menor taxa dos países membros.

A taxa de mortalidade infantil foi um dos indicadores que obtiveram resultado positivo em toda a América Latina. A redução da mortalidade por 1000 nascidos vivos no período de 2000 a 2012 foi de 30% na Argentina, 37% no Paraguai, 41% no Uruguai. No Brasil, a

redução foi mais significativa, 55%, indicando investimento e políticas públicas eficientes (Tabela 3).

A utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como principal medida de desenvolvimento provém da orientação da Unesco, “que procura considerar as numerosas dimensões do bem-estar humano, já que a atenção se concentraria assim sobre os fins para os quais o desenvolvimento deve servir, em vez de fazê-lo apenas sobre os meios, por exemplo, para o aumento da produção” (UNESCO 1999, p. 28-29).

Argentina e Uruguai têm os melhores IDH do Mercosul, 0,81 e 0,79, respectivamente, considerados altos. O pior IDH é encontrado no Paraguai, 0,66, em 2012. O Brasil vem melhorando esse indicador: em 2000, ele era de 0,66, passando para 0,73 em 2012, considerado bom (PNUD,2013).

Passando para as contas nacionais, observa-se grande disparidade do Brasil em relação aos demais países componentes do bloco. Tendo como base o período 2000 e 2012, Tabela 3, o Brasil foi responsável em média por mais de 67% do PIB do bloco em 2000 e a Argentina, por 29%. Já o Paraguai, o menor PIB do bloco, foi responsável, em média, por 0,85% do total, ou seja, o PIB brasileiro em média é 78 vezes maior que o total paraguaio e 29 vezes maior que o do Uruguai. Em 2012, o PIB do Brasil representou 80% do PIB do bloco, a Argentina, 17%, o Paraguai e Uruguai juntos, 2,65%. A heterogeneidade das economias do bloco em 2012 só aumentou. O PIB brasileiro em média foi 87 vezes maior que o total Paraguai e 45 vezes maior que o do Uruguai.

O PIB per capita dos países membros teve considerável aumento. A Argentina aumentou no período em análise 50%. Em 2000, o PIB per capita era de US\$7,71 mil dólares, chegando em 2012 US\$11,56 mil dólares. O Brasil foi o que apresentou maior crescimento do PIB per capita, 215% no período, passando de US\$3,6 para US\$11,35 mil dólares, ou seja, o PIB per capita brasileiro em média cresceu 3,15 vezes. O Paraguai tem o menor PIB per capita do bloco, cerca de US\$3,8 mil dólares em 2012. O Uruguai tem o maior PIB per capita do bloco, tendo passado de US\$6,87 para US\$14,4 mil dólares em 2012.

Analisando a dívida externa dos países do bloco, a Argentina foi o único país que conseguiu reduzir em média 22% no período, passando de US\$147,02 para US\$114,7 bilhões de dólares. O Brasil, pelo contrário, aumentou sua dívida externa em média 67%, passando de US\$242,5 para US\$404,3 bilhões de dólares entre 2000 e 2012. O Paraguai praticamente

dobrou sua dívida externa, porém, em valores menores, tendo passado de US\$3,13 para US\$6,01 bilhões, o mesmo acontecendo com o Uruguai, de US\$8,49 para US\$14,34 bilhões de dólares.

As exportações e importações de bens e serviços representam o valor de todos os bens e outros serviços no mercado enviados e recebidos intrabloco, incluindo o valor da mercadoria, frete, seguro, transporte, viagens, *royalties*, taxas de licença e outros serviços relacionados, tais como comunicações, construção, serviços financeiros. As exportações da Argentina passaram de 11 para 19% do PIB, enquanto suas importações, de 10 para 17% do PIB. As exportações do Brasil representaram em média 13% do PIB em 2012 e 14% das importações. As exportações e importações do Paraguai representaram em média 47% do PIB em 2012. O Uruguai contribui em média com 20% do PIB, tanto para as exportações quanto para as importações em 2012.

Evidencia-se, dessa forma, que houve melhoras dos indicadores aqui apresentados, exceto da dívida externa, que constitui um peso para o Brasil, Paraguai e Uruguai. A Argentina, como já mencionado, foi o único país que conseguiu reduzir sua dívida externa. Apesar de ser a melhor nos indicadores econômicos, ela ainda tem muito a avançar na área social e política. Reduzir a grande disparidade regional dos países do bloco é um desafio para qualquer sociedade que almeja alcançar um desenvolvimento socioeconômico justo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o presente artigo apresentou e discutiu o fluxo do comércio intrarregional entre os países membros do Mercosul e os indicadores sociais e econômicos. Toda a análise se deu numa perspectiva da economia internacional, tendo como especificidades a área comercial e os indicadores socioeconômicos. A teoria da integração econômica norteou esta investigação.

Em pouco mais de duas décadas de existência do Mercosul, as exportações brasileiras para os países integrantes do bloco cresceram 17 vezes (de US\$1,3 bilhões para US\$27,8 bilhões), acréscimo que supera em muito o aumento do volume de exportações brasileiras para outros países. Além disso, é preciso destacar a qualidade dessas exportações, compostas por 80% de manufaturados, o que torna o Mercosul um nicho importante para a indústria brasileira.

Os resultados mostraram que o crescimento do comércio intrabloco nas economias dos países membros como um todo foi bastante significativo no período 1991-2012, exceto em 2002 e 2009.

Foi confirmada hipótese de que o Mercosul modificou o fluxo de comércio dos países membros, bem como os setores de suas economias, desdobrando para melhoras de alguns indicadores sociais e econômicos, e que, provavelmente, isso se tenha dado de forma desigual.

Em relação aos indicadores sociais e econômicos houve melhoras significativas no bloco, como a redução da mortalidade infantil, aumento do IDH, na taxa de alfabetização, expectativa de vida; nas contas nacionais, os incrementos foram significativos, aumentando o PIB, o PIB per capita e o fluxo comercial, exceto o indicador da dívida externa, um desafio a ser superado pelo Brasil, Paraguai e Uruguai.

A Argentina foi o único país que conseguiu reduzir sua dívida externa. Apesar da melhora dos indicadores econômicos, ainda há muito a avançar na área social e política. Reduzir a grande disparidade regional dos países do bloco é um desafio para qualquer sociedade que almeja alcançar um desenvolvimento sustentável.

Outros desafios devem ser enfrentados pelo Mercosul, cabendo ressaltar que o bloco tem problemas de ordem política. Espera-se, portanto, que o bloco conquiste maior sucesso nas questões de barreiras não tarifárias, que os acordos não sejam apenas nos pontos econômicos, mas também nos pontos políticos, visando a melhorias do bem-estar, criando um ambiente de melhor competitividade entre os países membros.

Novas análises serão estimuladas visando à complementação deste estudo, sendo sugerida uma investigação sobre as especificidades locais, incorporando variáveis como a cultura, o capital social e as instituições.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O desenvolvimento do MERCOSUL: progressos e limitações. **Revista Espaço da Sophia**, ano 5, n. 43, julho-setembro, p. 63-79, 2011.

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1964, p. 452.

BASTOS, L. A. **Avaliação do desempenho comercial do MERCOSUL: 1994-2005.** 158 f. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BECHLIN, André R. **Análise multidimensional do processo integracionista do Mercado Comum do Sul.** 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.

BONELLI, R., FONSECA, R. Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 273- 314, 1998.

BOUZAS, R. O. Mercosul dez anos depois: processo de aprendizado ou déjà-vu? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro: Funcex, RBCE, Nº 68, jul/set, 2001.

BRAUN, Mirian Beatriz Schneider. **El mercado internacional de productos agrícolas y La política comercial brasileña.** 462 f. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidad de León – Espanha. 2003.

BRAUN, Mirian Beatriz Schneider; CARDOSO, Rubiane Daniele; BECHLIN, André Ricardo. **Processo de Integração do MERCOSUL, uma análise multidimensional: história, geopolítica e economia.** Curitiba: LedZe Editora, p. 218, 2012.

CARDOSO, Rubiane D. **Uma análise do fluxo de comércio intrarregional no Mercosul utilizando um modelo gravitacional.** 80 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo- PR, 2011.

CEPAL. **Anuário estadístico de América latina y el Caribe.** 2000, 2010 e 2012. Disponível:<http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp> Acesso em: 20 set. 2016.

FURTADO, Celso. **A Economia latino-americana.** 2º ed. São Paulo: Nacional, 1978.

GRAF, Claudir O.; AZEVEDO, André Filipe Zago. Comércio Bilateral entre os países membros do Mercosul: uma visão do bloco através do modelo gravitacional. **Economia Aplicada**, v.17, n. 1, p.135-158, 2003.

HARRISON, Glenn W.; RUTHERFORD, Thomas F.; TARR, David G.; GURGEL, Angelo. Políticas de comércio regionais, multilaterais e unilaterais do Mercosul para o crescimento econômico e a redução da pobreza no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.33, n.1, abr. 2003.

IZERROUGENE, B. (2007). Os obstáculos à integração de economias desiguais: o caso do MERCOSUL. Cadernos PROLAM/USP, v.2, n.11. p. 125-167, 2007. Disponível em:<http://www.usp.br/prolam/downloads/2007_2_6.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2016.

LEME, A. A. S. P. A. **Declaração de Iguazu (1985):** a nova cooperação argentino-brasileira. 195 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LIPSEY, R. G. (1977). La teoría de las uniones aduaneras: una reseña general. In: ANDIC, S.; TEITEL, S. **Integración económica**. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1977.

MELO, A. C. **Mercosul em Movimento:** supranacionalidade e intergovernamentalidade no Mercosul. Porto Alegre: Livraria do advogado, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Secretaria do Comércio Exterior (2010). **Aliceweb**. 2010. Disponível em: <<http://alicesweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MOREIRA, M. **Estrangeiros em uma economia aberta:** impactos sobre a produtividade, concentração e comércio exterior. BNDES, mar, p. 75 (Texto para Discussão, 67), 1999.

MYRDAL, Gunnar. **Solidariedad o desintegración:** tendencias actuales de las relaciones económicas internacionales en el mundo non soviético. 2ed Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1962.

PINHEIRO, A. M., MOREIRA, M. M. The profile of Brazil's manufacturing exporters in the nineties: what are the main policy issues. **BNDES**, jun, p. 54 (Texto para Discussão, 80), 2000.

PINTO, N. F. O Mercosul e suas consequências: um guia elementar sobre a integração no Cone Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.29, n.1, p 82-96. 2001.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)**. 2013. Disponível em <<http://hdrstats.undp.org/en/indicators/103106.html>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SANTOS, Cynthia Bertholini; PRADO, Marcelo Vinaud Prado. Histórico e tendências da harmonização do transporte rodoviário de cargas no MERCOSUL. **Revista ANTT**. Vol. 1 Número 1 Novembro, 2009. Disponível em: <http://appweb2.antt.gov.br/revistaantt/ed1/asp/artigosHistorico.asp> Acesso em: 20 ago. 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, E. B. **Mercosul:** desenvolvimento histórico. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.

TRATADO DE ASSUNÇÃO. **Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai**. 1991. Disponível em: <http://www.Mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1/> Acesso em: 10 ago. 2016.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: Ed. IBAMA, p. 118, 1999.

UNITED NATIONS COMMODITY TRADE STATISTICS DATABASE – **UNCOMTRADE**, (2012). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/trade/imts/annual%20totals.htm>, Acesso em: 19 set. 2016.

VASCONCELOS, Cláudio R. F. Criação e desvio de comércio: análise do fluxo comercial entre o Brasil e o Mercosul para alguns produtos industrializados. **Análise Econômica**. Ano 18, n.33, mar. 2000. Disponível em: <[HTTP://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/download/10674/6307](http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/download/10674/6307)>. Acesso em: 30 ago. 2016.

VEIGA, P. M. As negociações comerciais intra e extra do Mercosul. **Análise de conjuntura OPSA**, n.3, fev, 2005.

VINER, Jacob. **The Customs Union Issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. Disponível em: <http://ies.fsv.cuni.cz/default/file/download/id/21488>. Acesso em: 20 ago. 2016.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil, o Mercosul e a Integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, DF, v.1, n 1, ago-dez. 2007.

WORLD BANK. **Indicadores sociais, populacionais e econômicos**. 2000 e 2012. Disponível em: <http://www.worldbank.org/>> Acesso em: 15 set. 2016.

WOSS, Gisele A. **MERCOSUL e União Europeia**: acordos de cooperação econômica. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2011.